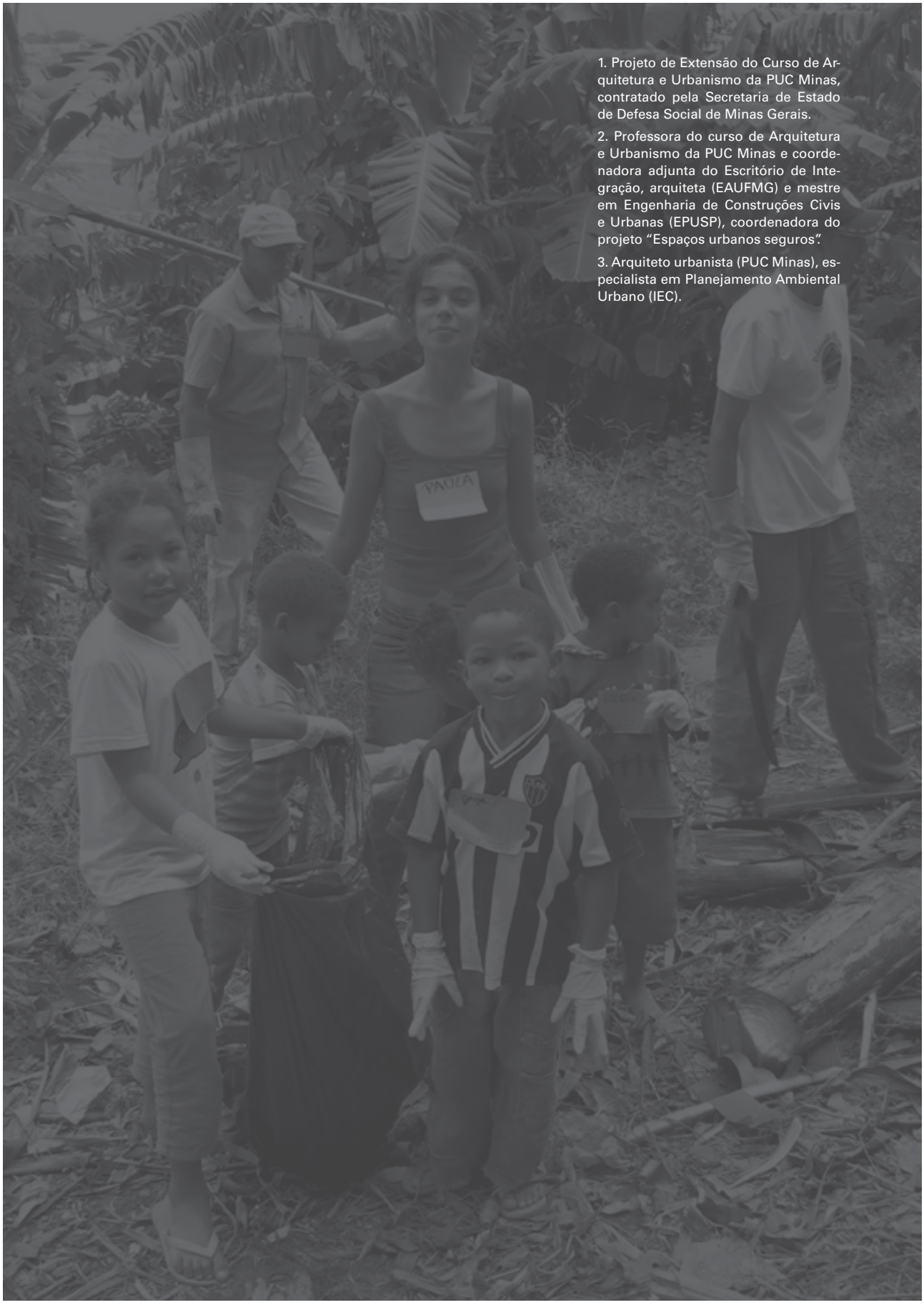


1. Projeto de Extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, contratado pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

2. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e coordenadora adjunta do Escritório de Integração, arquiteta (EAUFMG) e mestre em Engenharia de Construções Civis e Urbanas (EPUSP), coordenadora do projeto "Espaços urbanos seguros".

3. Arquiteto urbanista (PUC Minas), especialista em Planejamento Ambiental Urbano (IEC).

RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL URBANA: O MORRO DAS PEDRAS E O CÓRREGO DO PASTINHO[1]

URBAN SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RECOVERY: MORRO DAS PEDRAS AND PASTINHO STREAM

Margarete Maria de Araújo Silva[2]
Danilo de Carvalho Botelho Almeida[3]

Resumo
O artigo apresenta o trabalho desenvolvido pelo Escritório de Integração da PUC Minas junto à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, tendo como área de atuação a microbacia do Córrego do Pastinho. A presença do córrego em leito natural conferia à área um caráter singular: a possibilidade de investigação de novo padrão de intervenção baseado na relação harmoniosa entre gente e água em meio urbano. A experiência iniciou-se a partir da proposta de adequação e aplicação da metodologia CPTED – Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental – em áreas caracterizadas por altos índices de criminalidade e violência urbanas, mais especificamente no Aglomerado Morro das Pedras-BH.

Palavras-chave: Violência e criminalidade urbanas; Espaços urbanos seguros; Água em meio urbano; Autogestão.

Abstract
This article presents the work carried out by the *Escritório de Integração da PUC Minas* (PUC Minas Integration Office) with the Department of Social Defense of Minas Gerais State in the micro-basin of Pastinho Stream. The presence of the stream natural bed confers a singular quality to the area: the possibility of research into a new intervention pattern based on the harmonious relationship between people and water in an urban environment. The experience began with the proposition of suitability and application of the CPTED – Crime Prevention through Environmental Design – methodology in areas characterized by high rates of criminality and urban violence, specifically in Aglomerado Morro das Pedras, in Belo Horizonte.

Key words: Urban violence and criminality; Safe urban spaces; Water in urban environments; Self-management.

Premissas

A experiência aqui relatada teve lugar no Aglomerado Morro das Pedras, na Região Oeste de Belo Horizonte, e iniciou-se a partir da contratação, pela Secretaria de Defesa Social do Estado, do Escritório de Integração (EI) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas[1] para o desenvolvimento do projeto "Espaços urbanos seguros", visando à discussão da adequação da metodologia denominada CPTED/Banco Mundial (Crime Prevention Through Environmental Design), desenvolvida pela arquiteta chilena Macarena Raú, em áreas de atuação do Programa Fica Vivo!"[2] Conforme anunciado em sua página na web (http://www.cpted.cl/spanish/), a metodologia propõe:

> *(...) um conjunto de estratégias de prevenção da delinquência que buscam aumentar a confiança da comunidade e reduzir a percepção de temor, assim como os delitos de oportunidade no espaço urbano, dando uma ênfase especial à participação comunitária nos processos de gestão em nível local.*[3]

A aplicação da metodologia CPTED à realidade urbana brasileira e sobretudo a áreas que apresentam altos índices de violência e criminalidade exigiu sua revisão e adequação às condições peculiares que as caracterizam: áreas ambientalmente frágeis, frequentemente ocupadas por populações de baixa renda que, compelidas a resolver suas urgentes questões habitacionais, aí se instalam, autoconstruindo-as segundo suas necessidades e recursos próprios. Como resultado, são áreas de assentamentos humanos precários, com sérias deficiências quanto às condições sanitárias, de abastecimento, equipamentos e serviços, com altos índices de desemprego, alta densidade populacional e, não raro, com suas populações atemorizadas pelas disputas promovidas pelo tráfico de drogas e de armas.

Conforme demonstra o diagrama abaixo, a metodologia do CPTED pretende desestruturar o tripé que caracteriza os denominados "delitos de oportunidade", interferindo e alterando as características de um dos vértices através do desenho ambiental urbano. Objetiva, assim, o combate e prevenção ao crime em áreas urbanas, através de empreendimentos de melhorias e de valorização dos espaços comuns, utilizando como instrumento o desenho urbano e a qualidade ambiental, em parceria com os moradores.

1. A equipe técnica executora do projeto "Espaços urbanos seguros" foi integrada por agentes comunitários do Aglomerado Morro das Pedras: Ciro de Miranda, Eliom José de Souza, Leandro Silva de Assis, Luiz Ronaldo Melo, Rosimary Expedita Oliveira, Sheila Mendes de Souza e Vanderley Batista Dias; os arquitetos do Escritório de Integração (EI): Danilo Botelho, Júnia Federman, Marcela Machado, Patrícia Marangoni e Paula Lott; os estagiários de arquitetura: André Marinho, Eduardo Fantini e Eduardo Lara; os monitores do curso de inclusão digital: Israel Silveira, Eugênio e Wanderson Lopes (coordenados pela professora Carolina Saliba); e a arquiteta Luciana Miglio, da ONG parceira Arquitetos Sem Fronteiras (ASF).

2. O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! é coordenado pela Superintendência de Prevenção à Criminalidade e atua em áreas com altos índices de violência e criminalidade urbanas; tem como objetivo reduzir o número de homicídios, favorecendo a organização comunitária e dos jovens. (www.seds.mg.gov.br/eixos_ficavivo.asp. Acesso em: 25 mar. 2007

3."(…) un conjunto de estrategias de prevención de la delincuencia que buscan aumentar la confianza de la comunidad y reducir la percepción de temor, así como los delitos de oportunidad en el espacio urbano, dando un especial énfasis al rol de la participación comunitaria en los procesos de gestión a nivel local". Texto traduzido pelos autores.

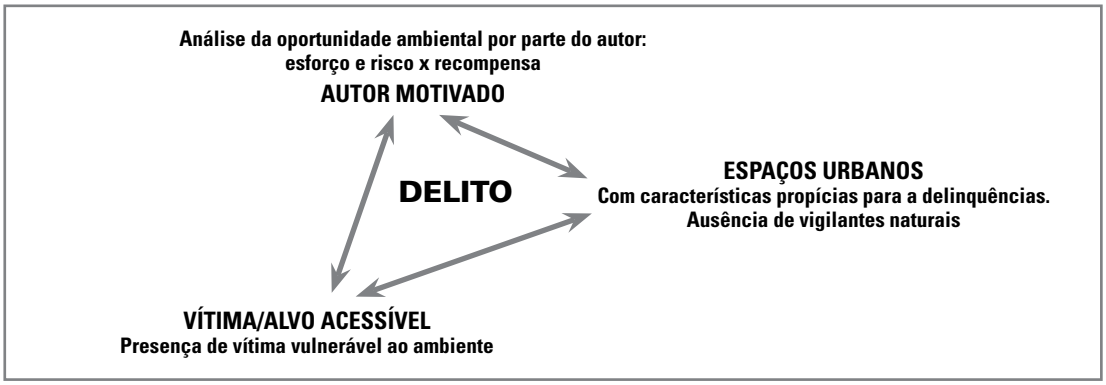


Figura 1 • Diagrama apresentado no manual "Espaços urbanos seguros – recomendações de projetos e gestão comunitária para obtenção de espaços urbanos seguros", 2004.

Vigilância natural da comunidade local sobre seu meio ambiente com a adoção de estratégias de reforço territorial, controle natural de acessos, manutenção ambiental e participação comunitária são os princípios propalados pelo CPTED e que estão ilustrados esquematicamente na Figura 2, a seguir.

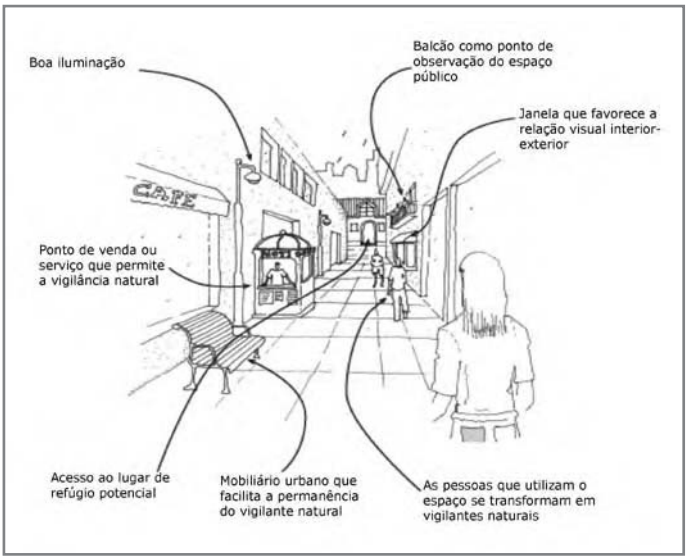


Figura 2 • Exemplo de rua que incorpora os conceitos do CPTED apresentado no "Manual espaços urbanos seguros – recomendações de projetos e gestão comunitária para obtenção de espaços urbanos seguros", 2004. Texto traduzido pelos autores.

Ao serem apresentados aos integrantes da equipe técnica, admitiu-se que esses princípios poderiam ser eficientes para os crimes e delitos de oportunidade, mas que seriam insuficientes para inibir as ocorrências características dos territórios dominados por grupos associados ao tráfico de drogas e armas, expostos às disputas e confrontos internos e entre eles e a polícia. Segundo a extensa experiência cotidiana dos agentes moradores do Morro das Pedras que passaram a integrar a equipe técnica do Projeto Espaços Urbanos Seguros, nesse cenário prevalece a chamada "lei do silêncio", ou seja, os crimes e delitos não ocorrem pela ausência de vigilantes naturais ou por deficiente iluminação pública ou outras características que possam favorecer a ação criminosa sem testemunho. Ainda que a comunidade inteira tenha presenciado um delito, a "lei do silêncio" determina que ela se cale para não colocar-se frente a uma nova ameaça; o dito popular, "manda quem pode, obedece quem tem juízo" sintetiza essa percepção.

Assim, na primeira etapa dos trabalhos,[4] além da constituição e capacitação dos agentes comunitários, levantamento e diagnóstico socioambiental de áreas potenciais para intervenção física e, finalmente, definição da área para o desenvolvimento do projeto-piloto, procedeu-se continuamente à revisão dos conceitos propostos pelo CPTED, buscando ajustá-los à realidade percebida pela equipe.

4. Desenvolvida entre março de 2006 e janeiro de 2007.

O conceito de "segurança cidadã" proposto pelo CPTED remete ao conceito de cidadania como sendo a capacidade de os cidadãos atuarem ativamente e não como massa relativamente passiva, que se limita a exigir segurança de

uma instância superior. Transposto para a realidade local, percebe-se que o sentido de pertencimento à cidade e de direito ao usufruto dos benefícios urbanos, por decorrência, o sentimento de cidadania ficam obliterados frente à realidade que evidencia e reforça cotidianamente sua condição de exclusão, de invisibilidade social e, portanto, de "não cidadão".

Iniciativas de estímulo à participação da comunidade foram vivenciadas através do Orçamento Participativo – OP – da Prefeitura de Belo Horizonte no Morro das Pedras. Embora possam ter favorecido em alguma escala a organização comunitária e o despertar de um sentimento de cidadania, essas experiências geraram, por outro lado, frustrações e descrença quanto ao seu alcance no estabelecimento de padrões mais elevados de justiça social e de democratização da gestão urbana. Isso coloca em questão a utilidade e pertinência do esforço individual daqueles que se dispuseram a participar voluntariamente do processo.

As críticas emitidas por lideranças locais ao processo participativo instaurado pelos OPs decorrem sobretudo das restrições à continuidade da participação da comunidade nas instâncias decisórias instaladas após a definição das obras integrantes dos OPs. Ou seja, na fase de obras e de transformações efetivas no espaço urbano, o controle das ações se concentra novamente nas mãos da administração pública e a comunidade não mais será consultada, especialmente para a tomada de decisões econômicas. Essas restrições parecem atender principalmente aos interesses do capital econômico e se sustentam sobretudo na valorização do saber técnico-científico dos planejadores profissionais sobre o saber empírico dos moradores e usuários do espaço urbano.

Quanto à contribuição dessas experiências para a democratização da administração pública e ampliação da participação popular em instâncias de decisão, recorreremos à avaliação de Alexandre (2000, p. 38):

> *Na maioria dos cenários (...), os esforços estão ainda desarticulados com um tipo integrado de gestão tecnológica e social adaptada às características de cada comunidade, de modo a poder oferecer, pelo menos, chances de êxito para o alcance simultâneo de uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada e de um aumento das margens de sustentabilidade dos recursos do local. (...) Pouco se tem construído inclusive nas fases iniciais do diagnóstico participativo e de sensibilização visando à tomada de consciência dos atores e de seus interesses "patrimoniais".*

Segundo a metodologia do CPTED, nenhuma medida de segurança cidadã poderá ser efetiva se não se considerar, em sua origem, a participação ativa da comunidade. Para o Escritório de Integração, a participação ativa dos usuários, além de fundamental, é sinônimo de autogestão e, em torno desse conceito, vimos desenvolvendo metodologias de planejamento e projeto que pudessem favorecer a partici-

pação qualificada dos usuários em todo o processo, desde a concepção do empreendimento até a sua implantação no gerenciamento e gestão dos recursos educacionais, socioambientais, financeiros, humanos, materiais, energéticos, tecnológicos etc.[5]

Segundo nossa experiência de assessoramento técnico aos movimentos urbanos organizados, para além da consecução dos produtos pretendidos, os processos de produção autogestionários já demonstraram sua capacidade de promover a inserção produtiva de seus beneficiários, através de sua profissionalização em um leque amplo de atividades, imprescindíveis à concretização de cada empreendimento: gerenciais, administrativas, contábeis, de execução e controle tecnológico, dentre outras. Como avalia Singer (2002, p. 21), "a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes".

Incorporar à equipe técnica executora do projeto os moradores do Morro das Pedras é parte desse conceito e resultou em alterações significativas na metodologia de trabalho proposta. Por um lado, os agentes demonstraram desempenho superior ao esperado na compreensão e manipulação dos documentos técnicos, mapas, bases cartográficas etc., reduzindo significativamente o tempo destinado previamente a essas etapas; por outro, o padrão de urbanização hegemônico na cidade está de tal modo enraizado no imaginário coletivo que inibiu, a princípio, o vislumbre de um modelo de urbanização mais apropriado às condições socioambientais evidenciadas pelos levantamentos de campo, estendendo bastante o processo de seleção da área para a intervenção-piloto.

Outro aspecto notável refere-se às críticas emitidas pelos agentes comunitários quanto à linguagem – por vezes, considerada incompreensível – empregada nos fóruns e reuniões destinados à apresentação dos trabalhos à comunidade. Tais críticas conduziram à produção de um vídeo-documentário que utiliza a linguagem já popularizada do rap, como recurso de comunicação dos conceitos e propostas do projeto.

Assim, ao longo do desenvolvimento da primeira fase do projeto, foram levantadas, mapeadas e analisadas 32 áreas públicas, chegando-se, por fim, à indicação da microbacia do Córrego do Pastinho como área para a intervenção-piloto. Essa área, além de representativa da precariedade e deficiências urbanas identificadas nas demais áreas levantadas, tem como destaque a presença do córrego em leito natural que, não obstante o aporte cotidiano de lixo e esgoto, confere-lhe um caráter singular: a possibilidade de investigação de um novo padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus cursos d'água naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano. Essa singularidade ficou evidenciada em depoimentos colhidos para a produção do vídeo-documentário, especialmente entre os moradores mais antigos da região, quando a presença da água limpa foi uma imagem recorrente.

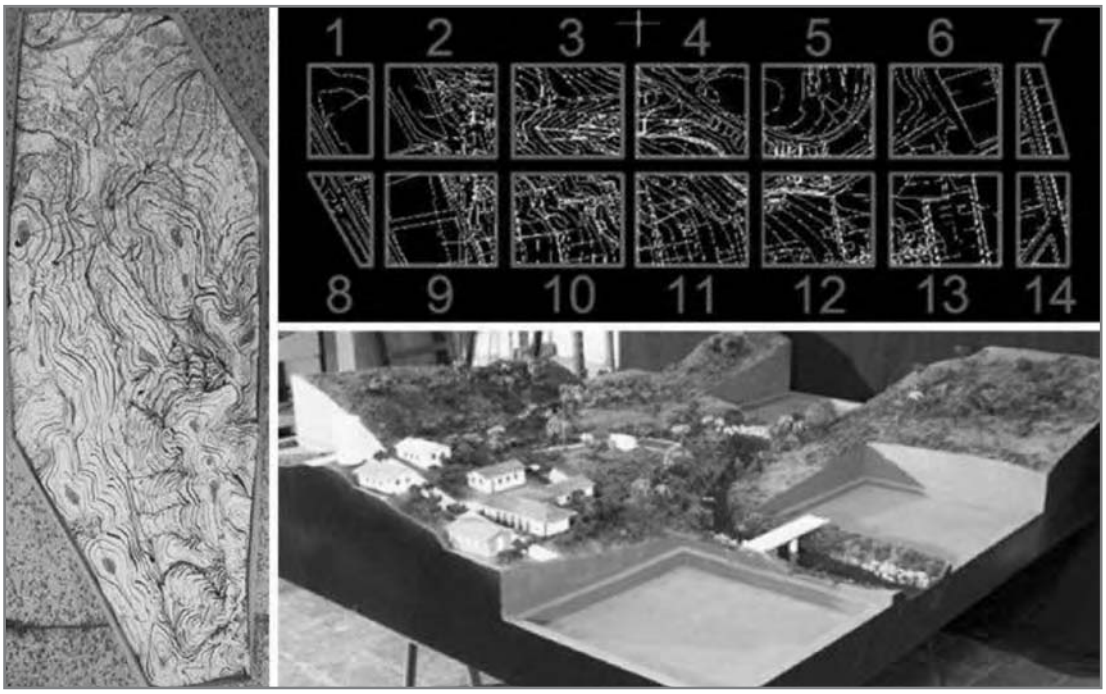
5. A esse respeito ver os trabalhos desenvolvidos em conjunto com a Escola de Arquitetura da UFMG: "Mutirão São Gabriel: tecnologias avançadas de informática para novas formas de autogestão – MSG", disponível em http://www.habitare.org.br/ArquivosConteudo/ct_5_cap5.pdf, acesso em novembro/08.

Figuras 3 e 4 • Detalhe de ponte precária utilizada pelos moradores para sua transposição e vista panorâmica do leito do Córrego do Pastinho; as letras das músicas apresentadas fazem parte dos trabalhos de divulgação do projeto EUS, veiculadas através do vídeo-documentário "Terra da exclusão" – produzido por Danilo Botelho – e também através das apresentações do grupo de rap RDF – Realidade da Favela, integrado pelos agentes comunitários Leandro Silva de Assis (Negro Lê) e Vanderley Batista Dias (WL), integrantes da equipe.

O resgate das referências históricas e simbólicas do lugar foi fundamental ao início da construção de um novo paradigma de urbanização e reabilitação de áreas urbanas degradadas. Esse novo padrão possível deve ser, no entanto, também resultante de processos diferenciados de intervenções em espaços urbanos: participativos e autogestionários desde as fases de concepção, passando, necessariamente, pela gestão comunitária dos recursos disponíveis para o empreendimento. Isso pressupõe investimentos no desenvolvimento de metodologias que assegurem a participação efetiva dos usuários, mediante a investigação e disponibilização de instrumentos efetivos de planejamento e projeto, tais como os exemplos apresentados na Figura 5.

Paralelamente às atividades até aqui relatadas, desenvolveram-se as de divulgação, estabelecimento de parcerias e captação de recursos para a viabilização da segunda etapa do processo, relativa à intervenção física na área selecionada. Previa-se que essa etapa seria gerenciada pelas duas associações de moradores atuantes nos limites da microbacia,[6] em sistema autogestionário, com início previsto para abril de 2007. Finalizado o período chuvoso, dar-se-ia início à etapa de intervenções físicas com a condução do processo pelas associações de moradores das Vilas Leonina e Pantanal, o que, no entanto, não se concretizou, dada a alegada inexis-

6. Associação dos Moradores da Vila Pantanal (Asmovip) e a Associação Comunitária do Bairro Alpes e Adjacências (Ascoba).



Figuras 5 • Recursos metodológicos para o desenvolvimento da visão espacial de um território, leitura cartográfica, percepção de condicionantes físicos e socioambientais, evolução urbana etc. À esquerda: maquete da subbacia do Córrego Piteiras, com emprego de levantamento planialtimétrico de 1953,1 anterior à implantação das avenidas Raja Gabaglia, Barão Homem de Melo e Silva Lobo, mas com significativa ocupação do anfiteatro do Córrego do Marinho e das encostas na vertente direita do Piteiras; acima: planta de maquete modular da microbacia, em elaboração na escala 1:200, para instrumentação do processo de projeto; e abaixo: exemplo de maquete com objetivos educacionais.2

tência – por parte da assessoria jurídica da PUC Minas – de instrumentos legais para repasse dos recursos financeiros destinados às obras, para as associações de moradores locais. O plano de atividades foi revisto, tentando-se preservar os objetivos arrolados na proposta original, exceto quanto à forma de gestão dos recursos, a ser efetuada diretamente pela PUC Minas/Sociedade Mineira de Cultura. Os demais desdobramentos dessa alteração serão apresentados nos comentários finais.

Diretrizes para a intervenção: ação a partir das pequenas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos

Nas metrópoles e grandes cidades brasileiras, os efeitos de um processo de urbanização impositivo sobre o sítio natural são bastante perceptíveis sob várias formas, como, por exemplo, mudanças climáticas decorrentes da supressão vegetal e da impermeabilização do solo, ou a poluição de cursos d'água e o comprometimento de mananciais de abastecimento, mas é sobretudo sob a forma de tragédias urbanas, frequentes nas temporadas de chuvas, que os desequilíbrios socioambientais decorrentes desse processo escancaram-se, evidenciando a urgência de revisão dos princípios que norteiam as intervenções físicas em áreas urbanas.

Evidentemente, são as populações pobres as vítimas mais frequentes desses eventos. Para estas, são óbvios os riscos ambientais, já que estão instaladas em áreas propensas à erosão ou sujeitas a inundações, áreas de preservação de mananciais ou áreas residuais urbanas como os baixios de viadutos, encostas íngremes ou áreas alagáveis.

Também evidente é a ineficácia de nossa legislação ambiental ou das leis de uso e ocupação do solo que impõem restrições à ocupação dessas áreas, restringem a ação reguladora do Estado, mas não conseguem coibir as ocupações, oferecendo o território à informalidade com a consequente potencialização dos riscos e dos processos de degradação ambiental.

Menos evidente, porém, é a extensão do risco ambiental e social a toda a sociedade, seja sob a forma de poluição das águas e do solo, do assoreamento dos fundos de vale e inundações em áreas de ocupação formal, ou sob a forma crescente e flagrante de desigualdade econômica e de acesso a bens e serviços e sua consequência mais imediata e indesejável: a alarmante elevação da violência e da criminalidade nas cidades brasileiras, expressão objetiva da insustentabilidade do modelo socioambiental praticado no Brasil.

No entanto, como defende Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 18), por corporificar as várias crises "reais ou supostas de que se ouve diariamente falar – ecológica, do capitalismo, de valores, do Estado e várias outras", as metrópoles são como o lugar da crise, mas também a sua possibilidade de superação.

Imaginemos, pois, os efeitos benéficos – extensíveis a toda a sociedade – que poderiam advir da eleição das áreas de ocupações precárias como prioritárias nos investimentos públicos e programas de recuperação socioambiental das cidades. No caso de Belo Horizonte, as maiores e as mais antigas favelas e aglomerados localizam-se em áreas privilegiadas da cidade, ao longo da Serra do Curral na porção sudeste do município, e ocupando áreas nas cabeceiras de importantes córregos urbanos, por vezes estendendo-se por vários quilômetros ao longo de seus leitos. Também na porção norte da cidade, as cabeceiras de vários cursos d'água da Bacia do Onça abrigam populações de baixa renda, em processos mais recentes de ocupação, mas igualmente devastadores.

O somatório dessas pequenas bacias de drenagem constitui, no entanto, uma parcela significativa de nossa área urbana, que abriga, também, um contingente considerável de nossa população, situando-as em posição estratégica para a formulação de programas estruturais de médio e longo prazos que visem à recuperação socioambiental de nossa cidade.

A Figura 6 ilustra essa condição para a porção sudeste do município de Belo Horizonte.

Há, no entanto, um aspecto determinante a se destacar: se adotadas como microunidades de planejamento e intervenção, permitiriam a nós cidadãos e às nossas cidades, através de ações de curtíssimo prazo e forte impacto na educação ambiental, o resgate da convivência com a água limpa no interior das cidades, permitindo retomar a identidade do cidadão com os vales e cursos d'água, aspecto indispensável para a formação e disseminação de outra consciência ambiental, como propõe o pesquisador Ricardo Moretti, integrante do grupo "Água no meio urbano":[7]

7. Grupo criado em 2002 no Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas; as pesquisas desenvolvidas pelo grupo visam à recuperação da qualidade ambiental dos cursos d'água que cruzam as áreas urbanas e ao aperfeiçoamento dos processos de planejamento, gestão e regulamentação das bacias hidrográficas, com ênfase nas microbacias urbanas.

Figura 6 • Aglomerado da Serra: Córregos da Serra e do Cardoso; Favela do Acaba Mundo em córrego do mesmo nome; Aglomerado da Barragem Santa Lúcia: Córrego do Leitão; Aglomerado Morro das Pedras: Córregos Piteiras e Marinho; Taquaril, Alto Vera Cruz e Granja de Freitas: Córregos Santa Teresinha e do Cachorro Magro. Fonte: Google Earth.

Será difícil uma efetiva recuperação da qualidade das águas se não se conseguir retomar a identidade do cidadão com os vales e cursos d'água. A valorização paisagística destes espaços urbanos passa a ser, assim, parte de um processo de retomada do respeito que se perdeu ao longo do tempo. Constitui verdadeiro desafio para os próximos anos que se consiga retomar a alegria de conviver com nossos cursos d'água. À meta de resgatar-lhes a vida soma-se a de integrá-los novamente às cidades. Será necessário que se consiga enxergar o curso d'água e o fundo de vale como patrimônio paisagístico e ambiental – um lugar bom para se ver, bom para se estar. Será necessário que estes terrenos deixem de ser vistos como fonte de problemas para o cidadão. O papel dos técnicos neste processo, portanto, é relevante.[8]

8. Disponível em http://www.revistatechne.com.br/engenharia-civil/48/artigo32332-1.asp. Acesso em: nov. 2008.

O Córrego do Pastinho

Afluente à margem direita do Córrego Piteiras (bacia do Ribeirão Arrudas), a microbacia do Córrego do Pastinho está totalmente inserida no Aglomerado Morro das Pedras, abrigando aproximadamente 300 famílias nas vertentes direita – Vila Leonina, e esquerda – Vila Pantanal. Em sua porção superior está implantada a Avenida Raja Gabaglia e na foz a Avenida Barão Homem de Melo, tendo aproximadamente 400 metros de seu córrego em leito natural, razão pela qual integra o Programa Drenurbs.[9]

Conforme explicitado anteriormente, o Córrego do Pastinho apresentou-se-nos como a possibilidade de investigação de um novo padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus atributos naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano.

A experiência do Programa Guarapiranga (2000, p. 33) para a recuperação desse importante manancial de abastecimento de São Paulo é elucidativa dessa possibilidade. Frente à evidente impossibilidade de remoção das milhares de famílias que ocupam o entorno da represa, admitiu-se como princí-

9.Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte, da Prefeitura de Belo Horizonte, que objetiva promover a melhoria da qualidade de vida de sua população por meio da valorização do meio ambiente urbano, preservando os córregos que se encontram em leito natural, tratando as fontes poluidoras e reduzindo os riscos de inundação.

Figura 7 • Vista aérea da microbacia do Córrego do Pastinho, destacando-se a área de contribuição direta para o trecho do córrego em leito natural. Fonte: Google Earth.

pio que "a capacidade de poluição não é necessariamente proporcional à baixa renda, mas sim à falta de investimentos no setor de infraestrutura básica a que esses setores foram submetidos". Essa tese conduziu a uma proposta de recuperação urbana e ambiental fundada na construção de alianças entre os agentes poluidores e o poder público, estabelecendo pactos capazes de transformar cada beneficiário em novo parceiro do Estado, na busca conjunta da qualidade ambiental necessária à manutenção do manancial. Inverte-se, assim, a equação: os agentes poluidores compulsórios passam à posição de guardiões do patrimônio paisagístico e natural.

Estratégias para intervenção no Córrego do Pastinho

Ao adotar a microbacia do Pastinho como unidade básica de planejamento e de intervenção, pretendia-se contemplar a recuperação e consolidação das áreas de montante para jusante, obedecendo aos princípios reguladores dos processos naturais, cerzindo o tecido urbano esgarçado, recompondo-o e fortalecendo-o mediante a compreensão de sua natureza, propriedades e capacidade de suporte a atividades humanas. Essa ação respeitosa da natureza e dos benefícios que podem advir das relações nela fundadas parece-nos imprescindível à produção de novas categorias e estratégias conceituais e de novas práticas que precisam ser construídas coletivamente.

Como bem sabemos, as construções coletivas têm seu ritmo próprio. Consoante com as especificidades locais, refletem o universo sociocultural, político e econômico dos agentes nelas envolvidos e que determinariam o alcance das ações

empreendidas, obviamente também condicionadas ao volume, qualidade e capacidade de gestão dos recursos globais disponíveis – econômicos, energéticos, tecnológicos...

Estabeleceram-se, assim, como princípios norteadores da ação:

• resolução local e progressiva, proporcional à capacidade de ação construída coletivamente e à disponibilidade de recursos;
• ação imediata para a limpeza da área, com a retirada do lixo e resolução dos efeitos colaterais (ratos e outras pragas urbanas), revegetação das cabeceiras e margens;
• mapeamento e quantificação das fontes poluidoras e situações de risco para o planejamento e projeto participativos das intervenções;
• experimentação, aprimoramento e difusão dos processos de planejamento e decisão, de gestão, gerenciamento e manutenção das intervenções mediante a formação e capacitação profissional dos agentes envolvidos;
• descentralização dos processos de coleta, disposição e tratamento de resíduos, mediante a investigação e adoção de soluções tecnológicas favoráveis à acomodação dos impactos negativos da urbanização na própria área em que são gerados: lixo, esgoto, águas pluviais...
• investigação e adoção de soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental para edificação, sistemas de abastecimento e energéticos, estabilização de encostas, acessos e pavimentação;

A primeira ação prática empreendida foi a proposição e execução do primeiro mutirão para a recuperação socioambiental do Córrego do Pastinho, nos dias 19 e 20 de maio de 2007. Em dois dias de atividade, o lixo retirado de locais não acessíveis à coleta convencional da Superintendência de Limpeza Urbana de BH – SLU – demandou inúmeras viagens dos caminhões da Regional Oeste para sua destinação final. A grande (e alentadora) surpresa foi a adesão incondicional das crianças residentes no entorno, que se revelaram eficientes agentes de comunicação e divulgação das propostas de recuperação do Pastinho. Como assegura Moretti (2001), ações de curto prazo, mas de forte impacto na formação e disseminação de uma outra consciência ambiental, podem contribuir para o enfrentamento do grande desafio à melhoria da qualidade urbana: retomar a alegria de conviver com os nossos cursos d'água, resgatar-lhes a vida e integrá-los novamente às cidades, permitindo retomar a identidade do cidadão com os vales e cursos d'água.

Infelizmente, o primeiro mutirão foi também a última ação desenvolvida na área em função de inúmeros entraves burocráticos, que determinaram a paralisação de nossas atividades até julho de 2008.

Comentários finais

Retomadas as atividades, verificou-se rapidamente a impossibilidade de condução das propostas conforme construídas, pois a área selecionada para o desenvolvimento do projeto-

Figuras 8, 9 e 10 • Equipe e moradores, em sua grande maioria crianças, no mutirão de limpeza do Córrego do Pastinho.

piloto – a microbacia do Córrego do Pastinho – encontra-se atualmente em acelerado processo de transformação devido ao início das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com a implementação do Programa Vila Viva no Morro das Pedras.

As intervenções do PAC seguem as diretrizes do Plano Global Específico – PGE – Morro das Pedras e toda a microbacia está caracterizada como área de preservação com a previsão de implantação de um parque e de remoção de toda a população residente. Esse processo já foi iniciado, conforme verificado em campo e documentado nas fotos apresentadas a seguir.

Figuras 11, 12, 13 e 14 • Imagens tomadas na porção superior da bacia do Córrego do Pastinho em novembro de 2008: assim que as famílias desocupam suas moradias, é promovida a demolição parcial: o suficiente para que o imóvel não seja reocupado – e o desligamento do abastecimento de água; a grande quantidade de entulho concentrada nas encostas, além de produzir um cenário de devastação e descuido.

Diante da constatação da impossibilidade de finalização do projeto conforme previsto, as discussões encaminharam-se para a formulação de um novo plano de atividades que atendesse simultaneamente aos objetivos gerais do projeto "Espaços urbanos seguros" e aos do "Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!" optando-se, após inúmeras reuniões com técnicos do programa e moradores do Morro

das Pedras, pelo fortalecimento dos movimentos culturais, educacionais, esportivos e artísticos conduzidos por agentes locais.

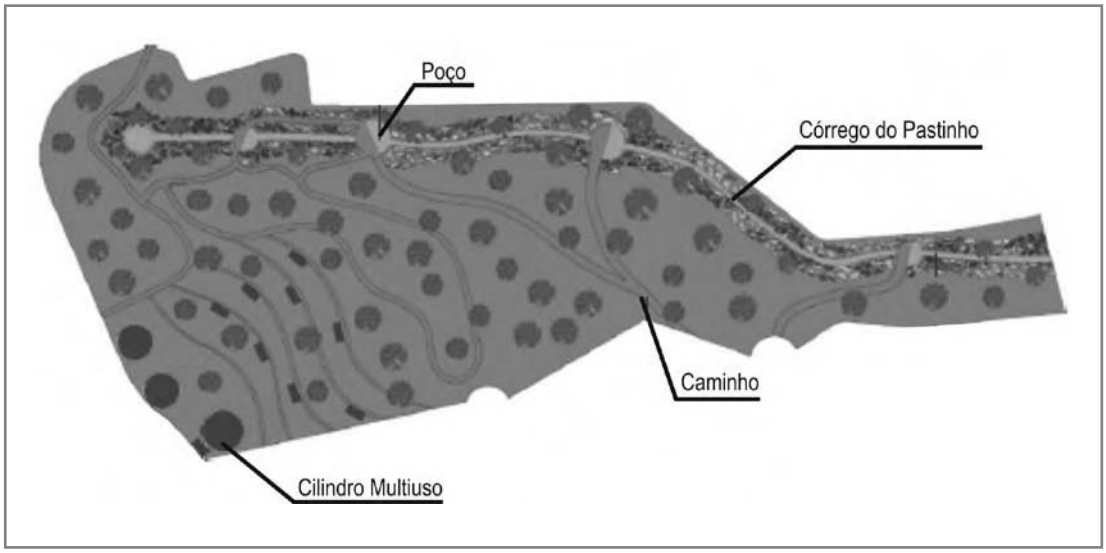


Figura 15 • Projeto do Parque 1 – Córrego do Pastinho - PAC Morro das Pedras (Hap Engenharia/A&M Arquitetura): a proposta demonstra a hegemonia das práticas usuais de intervenção em áreas de preservação com a retirada dos moradores e criação de parques urbanos. Embora a preservação do córrego em leito natural evidencie um reconhecimento crescente da importância ambiental da água em meio urbano, parece ainda distante para a maioria de nossos planejadores e administradores a possibilidade de conciliação harmônica entre gente e água limpa, como a experimentada na recuperação urbana e ambiental ocorrida na área da represa de Guarapiranga (SP).

O longo histórico de atuação dessas entidades e grupos na região demonstra sua capacidade de favorecer a integração social entre os jovens das sete vilas que constituem o Aglomerado Morro das Pedras, estimulando o rompimento das fronteiras territoriais estabelecidas por grupos rivais. Através da prática de atividades e promoção de eventos de livre trânsito em todo o Aglomerado, não obstante as condições adversas de atuação, a persistência desses grupos revela sua determinação em contribuir para a construção de uma identidade coletiva fundada no desenvolvimento do indivíduo, oferecendo-lhe novas perspectivas de escolhas e coibindo a entrada dos jovens na criminalidade.

O Escritório de Integração, embora frustrado em seus objetivos, continuará investindo no desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de planejamento e projeto que possam tornar-nos mais aptos ao atendimento das prementes necessidades sociais e ambientais e, portanto, mais úteis às nossas cidades.

Sabemos que esse propósito configura um desafio para a educação: forjar uma formação integral que concilie os saberes práticos, técnicos, estéticos e teóricos da aprendizagem, numa perspectiva humanista, ou seja, norteada pelas exigências humanas, mas em sintonia com as especificidades do sujeito. Sob a ótica de Alexandre (2000, p. 26), significa "o reconhecimento de que o saber científico especializado precisa ser mais integrado e reinterpretado" e os pesquisadores e profissionais das diversas áreas do conhecimento "têm o necessário desafio de aventurar-se para fora de seu campo de conhecimento, criando assim um novo ganho de responsabilidade intelectual para a pesquisa, a capacitação profissional, a interação social e o processo de decisão política".

Figuras 16, 17 e 18 • Fonte: Giovana Rocha Leite.

Da mesma forma, continuaremos investindo na busca de instrumentos capazes de contribuir para a democratização da gestão urbana. Comungando com as convicções de Boaventura Souza Santos e Rodríguez (2002), trata-se de estender a esfera de ação da democracia do campo político ao econômico e eliminar a separação artificialmente estabelecida entre eles pelo capitalismo e economia liberal, admitindo-se que democracia participativa e democracia econômica são duas faces de uma mesma moeda e é em direção a essa unidade que devem se concentrar os esforços de transformação social e ambiental de nossas cidades.

Referências

ALEXANDRE, A. F. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro**: uma contribuição à crítica do movimento. Blumenau: Edifurb, 2000.

CARVALHO, E. T. **Geologia urbana para todos**: uma visão de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1999.

GUARAPIRANGA: **Recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo.** Coordenação de Elisabete França. São Paulo, M. Carrilho Arquitetos, 2000.

LEFF, E. **Ecologia y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y deserrollo sustentable. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1994.

MORETTI, R. Terrenos de fundo de vale: conflitos e propostas. **Revista Techné**, São Paulo, n. 48, p.64-67, mar. 2001.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. **Produzir para viver**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, E. D.; SIQUEIRA, E. N.; MARANHÃO, M. H. **Manual espaços urbanos seguros**: recomendações de projetos e gestão comunitária para obtenção de espaços urbanos seguros. Recife: Condepe, 2004.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Endereço para correspondência

Margarete Maria de Araújo Silva
Av. Dom José Gaspar, 500
30535-901, Belo Horizonte
Tel: (31) 3319 4154
e-mail: leta123@gmail.com

Danilo de Carvalho Botelho Almeida
Av. Dom José Gaspar, 500
30535-901, Belo Horizonte
Tel: (31) 3319 4154
e-mail: danilo.botelho@gmail.com